

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº _____, DE 2017

(Do Sr. Jean Wyllys)

Requer ao Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab, informações acerca da Consulta Pública nº 02/2017, da Secretaria de Política de Informática, para alterar a composição e atribuições do Comitê Gestor da Internet no Brasil.

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, nos artigos 115, inciso I e 116, do Regimento Interno e nos termos da Lei 12.527/2011 que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab, acerca da Consulta Pública nº 02/2017, da Secretaria de Política de Informática, para alterar a composição e atribuições do Comitê Gestor da Internet (CGI) no Brasil, de forma a atender às seguintes questões:

- 1) De acordo com matérias publicadas na imprensa, empresas de telecomunicações têm pressionado para obter maior peso nas decisões do CGI. Quais demandas têm sido apresentadas pelas empresas ao governo com relação a esse tema? Por quais meios têm sido encaminhadas?
- 2) O governo tem acordo com os 10 princípios para a governança e uso da internet estabelecidos pelo CGI, a partir dos marcos da Constituição e da legislação, em especial o Marco Civil da Internet brasileira? Tem recebido pressões das empresas contra a plena e real garantia do princípio da neutralidade da rede? Como se posiciona diante dessas pressões?

- 3) O governo pretende mudar o CGI para conferir maior peso às empresas do setor em sua composição?
- 4) O governo pretende incluir o Ministério da Fazenda na composição do CGI? Por quais razões?
- 5) Quais mudanças pretende-se promover nas atribuições do CGI?
- 6) Por quais razões o governo lançou uma consulta para alterar o CGI de forma unilateral, sem diálogo prévio com o próprio Conselho?
- 7) O governo pretende mudar os procedimentos de eleição dos membros do CGI? Qual a nova proposta?

JUSTIFICAÇÃO

O Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI –, instância multissetorial formada por representantes do governo, do setor privado, da sociedade civil e por especialistas técnicos e acadêmicos, tem a atribuição de estabelecer diretrizes estratégicas para o uso e desenvolvimento da internet no nosso país, visando à promoção da qualidade técnica, inovação e disseminação dos serviços, garantia da liberdade de expressão, privacidade e neutralidade da rede no nosso país, nos marcos estabelecidos pela Constituição Federal e pela legislação – em especial, o Marco Civil da Internet brasileira, aprovado neste Congresso em 2014. Conforme explica a jornalista Cristina de Luca, colunista de tecnologia do portal UOL e da rádio CBN, “com base nos princípios do multissetorialismo e transparência, o CGI.br representa um modelo de governança da Internet democrático, elogiado internacionalmente, em que todos os setores da sociedade são partícipes de forma equânime de suas decisões”¹.

O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) lançou, no dia 8 de agosto, unilateralmente, uma consulta para alterar a composição e atribuições do CGI, sem qualquer debate prévio com o próprio Conselho,

¹ Fonte: “Governo faz consulta pública para mudar o Comitê Gestor da Internet e redistribuir forças”, em 8 de agosto de 2017, no portal UOL, disponível em: <https://porta23.blogosfera.uol.com.br/2017/08/08/governo-faz-consulta-publica-para-mudar-o-comite-gestor-da-internet-e-redistribuir-forcas/>.

que é uma instância democrática de participação social plural e multissetorial. Diferentes setores da sociedade civil se contrapuseram ao método como essa consulta foi lançada. O tema foi debatido, posteriormente, em reunião do CGI do último dia 18 de agosto², quando se chegou a um acordo para a sequência da consulta: seus resultados serão encaminhados ao CGI, que realizará então seus próprios e legítimos processos de consulta pública, diálogo e elaboração, para, por fim, encaminhar ao MCTIC, até 3 de dezembro, um documento com informações, diretrizes e recomendações para o aperfeiçoamento da estrutura da governança da internet no Brasil. Louvamos o acordo, mas mesmo assim faz-se necessário encaminhar este Requerimento de Informações, para que o governo possa expor claramente as pressões que tem sofrido das empresas, como se posiciona ante elas, quais mudanças pretende realizar no CGI, e por quais motivos lançou uma consulta dessa maneira unilateral, atropelando o conselho.

Saliente-se, por fim, que essas preocupações não são somente minhas, mas também da Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e o Direito à Comunicação, da qual sou Coordenador. O tema foi debatido em recente reunião da Frente, e consideramos necessário demandar essas informações e esclarecimentos do governo.

Sala das Sessões, 23 de agosto de 2017.

Deputado **JEAN WYLLYS**

² Fonte: nota do CGI, disponível em: <http://cgi.br/esclarecimento/nota-publica-sobre-a-consulta-do-mctic-a-respeito-da-estrutura-de-governanca-da-internet-no-brasil/>.